

Índice

Ir para o estrangeiro durante os estudos pouco ajuda a encontrar trabalho	1
A imortalidade do corpo.....	2
O que é o populismo?.....	3
“Sozinhos em Berlim”	4

Ir para o estrangeiro durante os estudos pouco ajuda a encontrar trabalho

Segundo um estudo francês, os jovens licenciados que como estudantes estiveram noutro país encontram trabalho mais depressa e ganham mais. Mas, vendo as coisas de perto, verifica-se que sucede mais o contrário: os que têm mais possibilidades laborais são também os mais inclinados às estadias noutros países.

Em maio de 2016, a Agência Erasmus+ France publicou um estudo sobre a “Geração 2010” (os jovens franceses que terminaram os seus estudos naquele ano). Dizia: “Os licenciados recentes que foram para o estrangeiro durante a última etapa da sua formação têm uma inserção laboral mais favorável em França. Em média, demoram 2,9 meses a encontrar o seu primeiro emprego, contra 4,6 meses para os restantes. E este primeiro emprego proporciona-lhes 1480 euros líquidos mensais, contra 1200 euros aos outros colegas com o mesmo nível de estudos”.

Tais números baseiam-se num inquérito efetuado pelo Céreq (Centre d'études et de recherches sur les qualifications), que publicou uma análise mais precisa dos mesmos dados. Conclui que, na realidade, as estadias no estrangeiro têm um efeito pequeno ou nulo na inserção laboral. Aquilo que a Agência Erasmus+ afirmou é verdade, mas a vantagem dos que estiveram noutros países deve-se a outras causas.

No total, estiveram no estrangeiro 210 000 jovens, 30 % da Geração 2010, 72 000 deles (10 %) na etapa final dos seus estudos. O Céreq classifica estes últimos pela modalidade de

estadia no estrangeiro, tipo de estudos que fizeram e a condição social.

As estadias foram de duração muito diversa, desde as muito curtas para adquirir fluência com o idioma, até às de seis meses ou mais para fazer estágios numa empresa ou realizar estudos reconhecidos. Estas, as que mais preparação oferecem, são as menos frequentes. Metade de todas as estadias durou menos de três meses, e apenas um quarto, mais de seis; e a grande maioria (82 %) não proporcionou qualquer diploma ou certificado.

As estadias mais proveitosas são simultaneamente as mais caras. E embora muitas tenham sido financiadas em maior ou menor grau com bolsas e subsídios, as famílias tiveram de contribuir em 63 % dos casos.

Há grandes diferenças consoante o curso e a *alma mater*. Dos alunos de mestrados universitários comuns vão para o estrangeiro 17 %, enquanto que das engenharias e das escolas mais seletivas, saem 65 %.

Por último, tiveram estadias fora 6 % dos licenciados que são filhos de operários, e 17 % dos filhos de dirigentes.

Os casos mais vantajosos nos três aspetos tendem a concentrar-se: os jovens de classe social mais elevada estão mais presentes nos cursos de maior prestígio e costumam fazer estadias mais longas. No final, verifica-se que a diferença a favor dos que estiveram fora se explica quase toda por outros fatores. Para igual nível de estudos, igual condição social e mesmo sexo, ter estado no estrangeiro é indiferente para encontrar trabalho. Só se deteta uma pequena influência das estadias longas e das que terminam com um diploma ou certificado, em dois aspetos: o salário (110-130 euros a mais

em média) e a probabilidade de aceder a um cargo executivo (mais 5 pontos percentuais).

Para compreender os motivos porque as estadias no estrangeiro ajudam tão pouco na inserção laboral, o Céreq propõe uma hipótese. É frequente que as empresas contratem aqueles que como estudantes estagiaram nelas. Talvez os que estiveram fora tenham perdido contactos e oportunidades em França.

A imortalidade do corpo

A nossa civilização promete-nos uma vida cada vez mais longa, mas não proporciona razões para viver mais.

A imortalidade da alma foi sempre matéria para o debate filosófico. Mas hoje encontramos materialistas que acreditam é na imortalidade do corpo. Para eles, o grande objetivo da ciência deve ser acabar com a morte ou, pelo menos, atrasá-la até extremos que hoje nos parecem insuperáveis. O movimento trans-humanista, que pretende potenciar com a tecnologia o corpo e a mente do homem, é a nova fronteira de Silicon Valley.

Este é o empenho igualmente do britânico Aubrey de Grey (Londres, 1963), que dirige a fundação de investigação SENS (Strategies for Engineered Negligible Senescence). Declarou em Madrid: "Pensar que podemos viver 1000 anos é um número conservador". Promessas deste tipo parecem mais próprias de um curandeiro, mas trata-se de um engenheiro, um biogerontologista, convencido de que o impossível está ao alcance da mão. De Grey reconhece que envelhecer é um processo natural, mas pensa que a medicina pode evitá-lo e que é muito provável que esta medicina possa desenvolver-se nos próximos vinte anos.

Com a sua mentalidade de engenheiro, encara o corpo humano como uma máquina muito complexa, mas cujo desgaste é reparável. Diz ter identificado sete categorias de danos, com a ideia de desenvolver terapias genéticas para os remediar. E é nesse ponto que se encontra. Aos 53 anos, a sua própria trajetória vital será o banco de experiências da sua teoria e das suas terapias.

Mas dá a impressão de que não pensou muito nas consequências de um possível sucesso. Agora que o futuro das pensões está em perigo, como financiar a de reformados que tenham mil anos? É de supor que já nessa altura a própria ideia de reforma terá desaparecido, mas não estarão condenados os sobreviventes a uma vida de trabalhos perpétuos? Como evitaríamos o tão temido excesso de população se, em vez da substituição de gerações pela morte, tivermos uma crescente acumulação? E dado que o próprio De Grey

reconhece que as terapias genéticas seriam caras, não acabarão por ser um privilégio de ricos? Já não nos restaria nem o consolo de a morte igualar toda a gente. No final, teria de ser o Estado a determinar quem deve viver e quem deve morrer, quem se pode reproduzir e quem não pode, pelo que haveria poderes mais inerentes a um Estado totalitário.

Mas, mesmo à margem destes pormenores práticos, é de perguntar se saberíamos o que fazer com essas vidas intermináveis. Quando o entrevistador objetou a De Grey que há pessoas cansadas de viver, que a última coisa que querem é prolongar indefinidamente a sua existência, responde que "se tem de ver as razões pelas quais as pessoas se cansam de viver. Uma das razões é que não investimos o suficiente na educação, não dotamos as pessoas com as suficientes competências para poderem tirar o máximo proveito de estarem vivas".

Pois pode ir fazer essa investigação na Holanda, cuja população é das mais educadas. A Holanda também é o país pioneiro da eutanásia, e aí verificou-se rapidamente a deriva desta prática. Da eutanásia para o doente incurável com dores insuportáveis, passou-se ao doente não terminal com sofrimento psíquico, e da eutanásia voluntária à do doente sem capacidade para decidir. Agora avizinha-se um novo passo com a proposta governamental de oferecer igualmente uma "morte digna" aos que pensam que a sua vida está já "completada".

Numa mensagem dirigida ao Parlamento, o governo indicou a sua intenção de permitir a eutanásia de "pessoas que tenham chegado a uma conclusão bem meditada de que a sua vida se completou". Não se fala de um limite de idade, pelo que a decisão poderia ser adotada em diversas idades. Em última análise, todo aquele que se suicida pensa que a sua vida está completada. Mas a ideia de que um velho esgotou a sua vida, pode supor igualmente mais uma pressão por parte do seu meio familiar para o encorajar a despedir-se deste mundo, ou até por parte do Estado desejoso de se libertar do lastro de vidas não produtivas.

A não ser que De Grey descubra uma terapia genética para curar a falta de desejo de viver, a sua promessa de existência milenar poderia converter-se numa ameaça para muitos. E a eutanásia apareceria como a solução em face de uma vida absurdamente longa. No fim, a aceitação da morte natural verifica-se ser a solução mais humana perante a pretensão de alongar a vida indefinidamente ou perante o desejo de a encurtar por se estar cansado de viver. Revela-se assim um dos paradoxos da nossa civilização: a sua confiança na técnica para nos amarrar à vida e a sua incapacidade para proporcionar razões para viver. Mas o aumento da esperança de vida pode converter-se num pesadelo quando se vive sem esperança.

I. A.

O que é o populismo?

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos acentuou a preocupação para com o populismo, um fenómeno de longa tradição na América Latina e que se tem desenvolvido na Europa. Mas demonizar os seus simpatizantes não ajuda a compreender a crise de representação que está por detrás do avanço deste fenómeno.

O caldo de cultura dos populismos costuma ser o descontentamento social perante problemas concretos como a corrupção, o desemprego ou as desigualdades, ampliado pela sensação de que as pessoas à frente do país – as elites políticas, económicas e culturais – não são como os outros nem se ocupam dos problemas do cidadão comum.

Em resposta a essa indignação, surgem novos líderes (alguns carismáticos) que asseguram representar melhor os interesses dos que se sentem menosprezados. Esta pretensão, perfeitamente legítima se decorrer por canais democráticos, torna-se problemática quando integra a demagogia. Porque aí perdem a democracia e o debate público, que é precisamente o que se quer recuperar.

Há demagogia quando se recorre à linguagem agressiva para provocar divisão; quando tem primazia o interesse em agitar sentimentos e medos profundos em benefício próprio; quando as palavras de ordem e as frases feitas pesam mais do que os argumentos; quando se mente sobre os factos para manipular a opinião pública; quando se recorre ao sentimentalismo na política e se fazem “concessões ao público em vez de enfrentar os problemas de uma maneira racional mesmo que impopular ou controversa” (Theodore Dalrymple); quando a prioridade é incitar as pessoas através de uma política gestual e entreter com polémicas insignificantes; quando interessa mais a imagem do líder do que os conteúdos dos programas eleitorais, o que conduz a “um ver sem entender” (Giovanni Sartori); quando se promete muito mais do que se pode dar, com o risco de que a indignação se agrave...

Para estabelecer ligação às massas, o discurso populista recorre à dialética do “eles contra nós”. De um lado do ringue encontram-se os que não nos representam (as elites); do outro, os que não se sentem representados (o povo). No centro do quadrilátero há um emaranhado de sentimentos, que vão desde a sensação de abandono, o desencanto e a frustração, até à sensação de perda de identidade, a saturação ou o medo. Esta é a matéria-prima com a qual trabalham os líderes populistas, e a que procuram estimular.

A identificação destes traços pode servir para prevenir a inflação do termo “populismo”, contra a qual adverte a filósofa Catherine Colliot-Thélène no “Le Monde” (11.11.2016). Na sua opinião, o abuso desta palavra “constitui um obstáculo à análise séria das transformações da política que estão a ter lugar nos EUA e na Europa”.

Um movimento ou um partido não é populista, por exemplo, porque se oponha à globalização, ou porque queira devolver ao seu país a soberania que na sua opinião lhe foi retirada pela UE em temas como a economia e a imigração, mas porque enquadra as suas reivindicações num discurso demagógico e com o qual, além disso, pretende, nas palavras do politólogo alemão Jan-Werner Müller, “encarnar o povo, monopolizar a representação” dos cidadãos comuns.

Sobre este denominador comum, cada dirigente populista acrescenta conteúdos ideológicos e propostas próprias. Em grande parte, as suas possibilidades de sucesso dependem do seu olfato para interpretar o mal-estar do povo, e da sua habilidade para o tornar compatível com as causas que pretende alcançar.

As combinações possíveis são variadas. Na Venezuela, Hugo Chávez e Nicolás Maduro fizeram do antiamericanismo um dos seus sinais de identidade, enquanto na Bolívia, Evo Morales, assumiu o seu através da defesa dos ameríndios. Aos três une-os a febre nacionalizadora, tal como no peronismo (de Juan Perón) da Argentina, no cardenismo (de Lázaro Cárdenas) do México ou no varguismo (de Getúlio Vargas) do Brasil. Pelo contrário, fala-se do “populismo neoliberal” de Carlos Menem, na Argentina e de Alberto Fujimori, no Peru. Agora, a mão dura contra a criminalidade do fujimorismo encontrou o seu eco no sudeste asiático, pela mão do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, o Justiciero.

Os partidos direitistas Alternativa para a Alemanha (AfD) e Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) arrebataram à esquerda uma das suas bandeiras clássicas: a defesa do Estado Providência, mas só para “os nossos”. O Partido da Independência do Reino Unido /UKIP e a Frente Nacional francesa estão a atrair cada vez mais votantes da esquerda com um discurso centrado nas preocupações da classe operária. Por isso, enfrentam a política das deslocalizações e opõem-se a que os seus governos “ofereçam” prestações sociais aos imigrantes, embora este problema seja exagerado.

Afirmar a identidade nacional contra os de fora é um traço que une as direitas de diversos países. Após o triunfo de Trump começou-se a falar de uma espécie de “internacional populista”; Nigel Farage, ex-líder do UKIP, aparece como embaixador e oferece a sua ajuda para reproduzir noutros países o sucesso eleitoral do *Brexit* e do próprio Trump. “Os votantes do mundo ocidental querem a democracia do Estado Nação, controlos fronteiriços adequados e ter o controlo das suas vidas”, escreveu poucos dias depois das presidenciais nos EUA.

Mas a sede de autonomia não casa bem com a atitude de se arvorar em vítima. O filósofo Fernando Savater nota em declarações ao “ABC” que os populismos procuram “que as pessoas não se sintam culpadas”, enquanto lançam toda a responsabilidade sobre os políticos. Insistem no facto das pessoas “estarem enganadas, maltratadas e fazem com que se sintam vítimas”.

Existe um populismo anti-intervencionista, favorável a um governo limitado, à responsabilidade orçamental e ao mercado livre, como o do Tea Party (EUA); e um populismo anti-austeridade, como o do Syriza (Grécia), Podemos (Espanha), 15-M (Espanha), Occupy Wall Street (EUA), Movimento 5 Stelle (Itália)... As suas palavras de ordem proclamam aos quatro ventos a crise de representação que deflagrou no mundo ocidental: "Nós o povo... voltámos!"; "Isto é a América. Como se atrevem a ignorar-nos?" (Tea Party); "Nós somos os 99 %" (Occupy Wall Street); "Não nos representam", "Democracia real já", "Chamam-na democracia e não o é" (15-M)...

J. M.

"Sozinhos em Berlim"

"Alone in Berlin"

Realizador: Vincent Perez

Atores: Emma Thompson, Daniel Bruhl

Duração: 100 min.

Ano: 2016

Durante a II Guerra Mundial, vários alemães opuseram-se ao regime nazi. Este filme inspirado em factos reais, narra a história de um casal de classe média, em que o marido é operário numa fábrica. Quando o filho morre na guerra, constata-se algo que já sabiam: Hitler é um "monstro" para o mundo e para o próprio povo alemão.

Resolvem passar à ação. Não se vão integrar em nenhuma estrutura da resistência, mas atuar com pequenos gestos que estão ao seu alcance, como ajudar uma judia que vive no mesmo prédio. Depois, decidem começar a escrever cartões à mão, disfarçando a letra, com frases contra Hitler, deixando-os em locais movimentados. Querem que os alemães tomem consciência da crueldade reinante.

Os cartões vão aparecendo nos sítios mais inauditos. Os nazis não conseguem descobrir quem está por detrás dessa operação. Quando o chefe da polícia é maltratado pelo seu superior como incompetente, ele próprio se dá conta da injustiça de tudo aquilo. Mas continua a cumprir o seu dever e consegue apanhar o casal. São mortos, mas o seu exemplo permanece. O próprio chefe da polícia perante a verdade dos

factos põe termo aos seus serviços e ampliará o raio de ação que os cartões alcançam...

Tópicos de análise:

1. Pequenos atos podem causar grandes impactos.
2. Lutar contra as injustiças leva à união das pessoas.
3. O êxito não se mede em resultados a curto prazo.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

